

DIÁLOGOS ENTRE O CONCEITO DE IDEOLOGIA DE FREIRE E DECOLONIALIDADE

Josilaine Antunes Pereira¹
Valdemir Luís dos Santos Hoffmann²
Rafael Tizatto dos Santos³

RESUMO

Ideologia é um dos conceitos fundamentais da obra de Paulo Freire, sendo também um dos mais importantes do pensamento marxista. Um conceito que não só nos auxilia a compreender melhor a nossa realidade e as suas contradições, como também serve enquanto um convite para a luta política, nos revelando o porquê lutar, pelo quê lutar e contra o quê lutar. Neste sentido, o conceito de ideologia converge de forma inequívoca com o pensamento colonial, que, assim como fez Freire, se esforça por revelar os disfarces do poder e a forma como este trabalha para moldar o nosso sentir, pensar e agir de modo a manter o *status quo* e consequentemente o seu privilégio. O presente artigo buscará aprofundar nas aproximações existentes entre a proposta de Paulo Freire e o pensamento decolonial, na luta contra a ideologia desenvolvida por essas perspectivas teóricas e como ambas podem contribuir para as transformações sociais que são necessárias quando elas são refletidas em conjunto, mais do que consideradas isoladamente. Tal estudo prezou por metodologia de cunho bibliográfico, explorando as obras de Paulo Freire (1967, 2003, 2005, 2014, 2019); Mignolo (2003, 2007, 2010, 2017); Ballestrin (2013); Maldonado-Torres (2007, 2008) e outros pensadores da epistemologia da decolonialidade.

Palavras-chave: Ideologia; Decolonialidade; Educação; Política.

DIALOGUES BETWEEN FREIRE'S CONCEPT OF IDEOLOGY AND DECOLONIALITY

ABSTRACT

Ideology is one of the fundamental concepts in Paulo Freire's work, and is also one of the most important in Marxist thought. A concept that not only helps us to better understand our reality and its contradictions, but also serves as an invitation to political struggle, revealing to us why to fight, what to fight for and what to fight against. In this sense, the concept of ideology converges unequivocally with colonial thought, which, just as Freire did, strives to reveal the disguises of power and the way in which it works to shape our feeling, thinking and acting in order to maintain the status quo and consequently its privilege. This article will seek to delve deeper into the existing approximations between Paulo Freire's proposal and decolonial thought, in the fight against the ideology developed by these theoretical perspectives and how both can contribute to the social transformations that are necessary when they are reflected together, more than considered in isolation. This study valued a bibliographic methodology exploring the works of Paulo Freire (1967, 2003, 2005, 2014, 2019); Mignolo (2003, 2007, 2010, 2017); Ballestrin (2013); Maldonado-Torres (2007, 2008) and other thinkers of decolonial epistemology.

Keywords: Ideology; Decoloniality; Education; Policy.

Submetido em: 10/4/2024

Aceito em: 29/6/2024

Publicado em: 29/10/2024

¹ Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Lages/SC, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-9990-0919>

² Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Lages/SC, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-5179-0469>

³ Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Lages/SC, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-4833-9743>

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca aprofundar um diálogo entre o pensamento freireano e a epistemologia decolonial, neste sentido, nos apropriamos dos estudos de Paulo Freire (1967, 2003, 2005, 2014, 2019), Mignolo (2003, 2007, 2010, 2017), Ballestrin (2013), Maldonado-Torres (2007, 2008) e outros pensadores da epistemologia da decolonialidade⁴ para podermos estabelecer o diálogo entre esses conceitos: a ideologia e a decolonialidade. Assim, considera-se apropriada a pesquisa de cunho bibliográfico para este estudo.

A pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais já elaborados, possui como vantagem o fato de “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2022, p. 50). Neste sentido, esta abordagem possibilita compreender a significação de determinados conceitos, a partir de textos previamente selecionados sobre o pensamento decolonial e a obra de Paulo Freire.

O educador pernambucano, Paulo Freire, possui um legado que o coloca como uma referência pedagógica mundial, tendo construído uma obra impregnada de uma contundente crítica à opressão e à colonialidade, apresentando preciosas ferramentas para a construção de uma outra sociedade onde o conhecimento se desenvolve por meio da práxis. Uma obra que, além disso, perpassa os limites da educação e o deixa em sintonia com outros ramos do saber, sobretudo, saberes críticos, nos quais suscita debates sobre questões, como relações de poder, epistemologia e política, o que aqui, num primeiro momento, já sublinha como o seu trabalho dialoga e se aproxima do que vem sendo construído no campo dos estudos decoloniais.

Examinando o conceito de ideologia na obra de Paulo Freire e suas correlações com o pensamento decolonial, podemos, por uma análise crítica, explorar as convergências e divergências entre autores decoloniais, como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Catherine Walsh e Enrique Dussel, e o pensamento freireano. A ideologia, um dos temas centrais da obra do educador nordestino, é abordada de forma a revelar estruturas de poder e de dominação, indo ao encontro daquilo que se propõem os trabalhos decoloniais. Nesta perspectiva, neste artigo, buscaremos nos deter sobre a ênfase na conscientização e na transformação social propagada pela pedagogia de Freire, sua conceituação e luta contra a ideologia dominante, para observar em que medida isso pode se vincular com o projeto da decolonialidade e o quanto pode significar uma contribuição para tal.

⁴ Sugestão feita por Catherine Walsh para a utilização da expressão “decolonização” – com ou sem hífen – e não “descolonização” (Mignolo, 2008, 2010). A supressão da letra “s” marcaria a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade. Segundo Walsh (2017, p. 25), “Dentro da literatura relacionada à colonialidade do poder, há referências à decolonialidade e ao decolonial, assim como à descolonialidade e ao descolonial. A sua referência no projeto de modernidade/colonialidade iniciou-se em 2004, abrindo uma nova fase na nossa reflexão e discussão. Excluir o “s” é uma escolha minha. Não está promovendo um anglicismo, pelo contrário, pretende marcar uma distinção com o significado espanhol de “des” e o que pode ser entendido como um simples desarmar, desfazer ou inverter o colonial. Ou seja, passar de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços desistissem de existir. Com este jogo linguístico, procuro mostrar que não há estado nulo de colonialidade, mas sim posturas, posições, horizontes e projetos para resistir, transgredir, intervir, emergir, criar e influenciar. O decolonial denota, então, um percurso de luta contínua em que se pode identificar, visibilizar e fomentar “lugares” de exterioridade e construções alternativas.”

Veremos, então, quais são as nuances e as intersecções da obra de Paulo Freire e seu conceito de ideologia com o pensamento decolonial. Pensamento que está munido de um discurso crítico voltado para uma sociedade cheia de contradições que clama por ideias emancipatórias e não pode ser mais guiada pelas ideologias dominantes, carregadas de ambiguidades e de objetivos moralmente questionáveis. Os autores se debruçam sobre a ideologia como sendo o lugar das relações de poder por excelência, marcada pela decolonialidade e a interseccionalidade, numa permanente disputa de sentidos. Mais uma vez evidenciando que não será uma tarefa complicada confirmar que existe um diálogo entre o pensamento freireano, as teorias da decolonização do saber e o advento das epistemologias do Sul.

Num primeiro momento, já pudemos vislumbrar que tanto a abordagem do educador pernambucano sobre ideologia como os teóricos da decolonialidade buscam desconstruir narrativas dominantes enquanto valorizam novas e diversificadas perspectivas, visando a emancipação dos sujeitos. Se por um lado a conceituação sobre ideologia de Freire enaltece a necessidade de se contrapor às estruturas opressoras, enfatizando a educação como o caminho para a liberdade, por outro lado, os estudiosos da decolonialidade estão valorizando os saberes locais num esforço de desconstruir uma lógica oriunda do Norte Global⁵. O pensamento decolonial e Freire, portanto, propõem uma crítica reavaliação do conhecimento tendo em vista uma educação libertadora e inclusiva. Essas e outras questões concernentes serão tratadas com mais detalhes e aprofundamento na sequência deste estudo.

IDEOLOGIA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-DIALÉTICA

A ideologia tem o poder de inviabilizar o perceptível, de cegar os olhos, endurecer a alma, desespiritualizar. Estamos vivendo em um mundo cujas medidas das coisas são as medidas incautas e desumanizadas: interessa a balança comercial favorável, sem saber realmente quantos e quem foram os favorecidos; a medida de um Produto Interno Bruto (PIB), sem uma verdadeira medida de distribuição de renda justa; a medida da produção de grãos sem levar em conta o número de famintos. Números muitas vezes positivos, porém, contraditórios se confrontados com a realidade.

Por meio do discurso impregnado de ideologia, os sujeitos, sem perceber, aceitam de maneira dócil o fatalismo neoliberal, naturalizando a desigualdade e a condição exploratória e opressora do sistema capitalista. Estas condições são ditadas pelo poder hegemônico das classes dominantes, visando “convencer os prejudicados das economias submetidas de que a realidade é assim mesmo, de que não há nada a fazer, mas seguir a ordem natural dos fatos” (Freire, 2014, p. 124).

A concepção de liberdade ditada pelo poder hegemônico não reflete o poder desta palavra para os preceitos freireanos. Freire (2014, p. 126) afirma que “a liberdade do comércio não pode estar acima da liberdade do ser humano. A liberdade do comércio sem limite é licenciosidade do lucro”.

⁵ “Sul Global” e “Norte Global” são conceitos utilizados por Boaventura de Sousa Santos para distinguir países centrais e periféricos do capitalismo, do “mundo moderno” e “Terceiro Mundo” após a Segunda Guerra Mundial (Santos, 2009).

Na ética do mercado não é contemplado o bem-estar social humano, o que constatamos é exatamente o contrário. Quando muito, vemos um país desenvolvido e com números positivos em detrimento de países periféricos (ex-colônias) explorados e subservientes, que mergulhados na ideologia capitalista, pregam “melhorias” por meio de reformas anti-cidadãs: retirada de direitos trabalhistas, supressão de sindicatos, precarização de serviços públicos de educação, saúde etc. Para Freire (2014), a riqueza exacerbada de uns só é possível mediante a exploração que ocasiona a miserabilidade de milhões.

Sobre este processo desumanizador, Freire (2019, p. 64) enfatiza que “esta tendência dos opressores de inanimar tudo e todos, que se encontra em sua ânsia de posse, se identifica, indiscutivelmente, com a tendência sadista”. Estes procedimentos são formas de manter a desumanização nas relações sociais, e que pelo discurso ideológico, “ameaça de anestesiar a mente, de confundir a curiosidade, de distorcer a percepção dos fatos, das coisas, dos acontecimentos” (Freire, 2014, p. 129).

O aparelho hegemônico é explicitamente ligado à ideologia, e é por este aparelho que se firma uma “reforma filosófica” ou “concepção de mundo” (Liguori; Voza, 2017). A ideologia usada por este aparelho é uma ideologia arbitrária e não útil à humanidade, pois o discurso contraria os resultados que sempre aparecem e parecem desumanos.

Constata-se isto na precarização de todas as relações: do trabalhador terceirizado, que cobra dele mesmo o que deveria ser direito e/ou política pública; à política totalitária de determinados partidos políticos e grupos, que levam a um completo desarranjo das relações sociais. Quanto a esta concepção fatalista da realidade, Freire (2019, p. 69) assevera que “de tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, [...] terminam por se convencer de sua “incapacidade”. [...] Os critérios de saber que lhe são impostos são convencionais”.

Para o materialismo histórico, inexistente a separação da produção de ideias da realidade material. As ideias surgem de um determinado contexto e por determinado motivo. Ideologia, globalização e mercado podem estar, ao mesmo tempo, do mesmo lado da mesma moeda. Assim, a ideologia é um instrumento para ocultar a realidade, é uma falsa consciência do real (Marx; Engels, 2007).

Corroborando com a concepção de que a ideologia possui em sua gênese o caráter fundante da manipulação, Chauí (2016, p. 245) afirma que a “noção de ideologia pode ser compreendida como um *corpus* de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar agir e sentir”. Esse *corpus* é constituído por uma generalização dos interesses do poder hegemônico, é um exercício da dominação de classe (Chauí, 2016).

Tomemos como exemplo deste poder hegemônico o avanço da globalização e a tentativa de uma economia pujante, que se mostra como uma corrida injusta em países que foram colônias de exploração, alicerçadas no trabalho escravo e, que mesmo depois de sua independência da metrópole, mantém os povos originários ou os outrora trazidos compulsoriamente, em situações muitas vezes degradantes e de desrespeito aos seus direitos fundamentais. Apesar de alguns ganhos em relação a direitos nas últimas décadas, ainda convivemos sob extremos que deveriam envergonhar o mundo atual, se depararmos os avanços em ciência e tecnologia versus a miséria e a desigualdade

presentes na humanidade. “O discurso da globalização que fala em ética esconde [...] que a sua é a ética do mercado e não ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente” (Freire, 2014, p. 124).

Temos, portanto, uma desagregação do tecido social que traz inevitavelmente consigo uma desagregação no plano das consciências. Gramsci (2004) defende que, por um lado esta desagregação é vertical, pois há formações antigas convivendo com formações modernas. Exemplo disso seria a permanência em países periféricos de formas de espoliação ainda baseadas em exploração e degradação, aos moldes de metrópole versus colônia. Isto acontecendo ao mesmo tempo com os que não são mais colônias, e sim, países que já têm emancipação reconhecida, e que apesar de periféricos em relação ao capital, buscam por soberania e políticas de proteção tanto humana quanto ambiental. De outro lado, há também uma desagregação horizontal, pois na sociedade atual há distintas classes e segmentos convivendo entre si. É esta fragmentação social que faz com que fenômenos da consciência se apresentem de formas distintas e contraditórias dependendo do grupo, classe ou formação social a que pertencem.

Gramsci (2007) faz transparecer a ideia de antagonismos ideológicos que levam a um conflito e luta por interesses de uma classe em detrimento de outra ou outras. Em outras palavras, ideologias plurais em uma sociedade de classes plural na qual “as ideologias geradas [...] se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social” (Gramsci, 2007, p. 41).

Sendo assim, os processos emancipatórios dos seres humanos e a superação do poder manipulador da ideologia hegemônica fatalista do neoliberalismo, partem da conscientização e do reconhecimento do sujeito em sua condição de explorado e oprimido por essa estrutura socioeconômica. “Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua liberdade, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor” (Freire, 2019, p. 72). Esta construção ocorre por meio da consciência crítica, que é caracterizada por sua “integração com a realidade” e ela se dará por meio de um processo educacional problematizador, dialógico libertador e revolucionário (Freire, 1967).

A IDEOLOGIA NA PERSPECTIVA FREIREANA

A ideologia na obra de Paulo Freire é, como vimos, entendida a partir de uma visão de mundo que tem como suporte o materialismo histórico, no entanto, é uma visão que também tem como base a realidade brasileira e de povos subalternos, realidades com as quais Freire manteve íntimo contato, tendo trabalhado para transformá-la junto de seus educandos/as, o que, portanto, faz da práxis pedagógica outro pilar que sustenta o seu entendimento sobre ideologia. Assim, para o autor-pedagogo, ideologia é caracterizada como um processo que está em constante relação com o agir e o pensar dos indivíduos e da coletividade, longe de ser um conjunto estático de ideias, ela é entendida como algo dinâmico que se relaciona com os mais diversos aspectos da sociedade. Segundo o educador, ideologia é “uma dimensão fundamental da existência humana, presente na práxis individual e social, que se manifesta na forma como os indivíduos interpretam a realidade e nela intervêm” (Freire, 2019, p. 15).

Para o autor, o tipo de ensino condizente com as necessidades de uma sociedade cheia de contradições, como a brasileira, precisa estar pautado pela práxis, sendo que práxis é entendida como aquela ação humana capaz de transformar a realidade. É pela práxis que os indivíduos tomam consciência de seu papel na sociedade e da sua força como participante na transformação do mundo, em outras palavras, a práxis é revolucionária, é por meio dela que se supera a ideologia das classes dominantes e dos grupos de poder.

As relações de poder em uma sociedade não podem ser compreendidas se não for considerado o papel da ideologia nessas relações, aponta Paulo Freire (2014), pois a práxis não pode estar condicionada pelas ideologias de poder, ela precisa ser livre e autônoma. Para ele, a ideologia constitui-se em uma série de valores e ideias que são utilizadas para justificar a opressão e a ordem social vigente, impedindo a emancipação dos indivíduos em sociedade e camuflando as contradições sociais e as lutas de classe. A ideologia é, assim, um instrumento de dominação e, portanto, não é neutra.

O poder da ideologia me faz pensar nessas manhãs orvalhadas de nevoeiro em que mal vemos o perfil dos ciprestes como sombras que parecem muito mais manchas das sombras mesmas. Sabemos que há algo metido na penumbra, mas não o divisamos bem. A própria “miopia” que nos acomete dificulta a percepção mais clara, mais nítida da sombra (Freire, 2014, p. 120).

Como dominação, ideologia, implica em invasão. Uma invasão não só física, portanto, visível, mas também camuflada, manifestando-se em questões culturais e econômicas, em que o intruso dominador se coloca como se fosse um amigo cheio de boas intenções que só quer ajudar. Uma invasão que sempre é concretizada ou por um país com aspirações imperialistas subjugando outros países econômica e politicamente debilitados ou por uma classe dentro de uma sociedade que se vê como detentora e merecedora de privilégios. A analogia do senhor e do escravo serve assim para demonstrar como a classe opressora e a classe oprimida se constituem mutuamente e como a permanência de uma depende da outra: “ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos” (Freire; Guimarães, 2005, p. 41).

Freire (2014) salienta, também, que, mesmo podendo ser entendida como um conjunto de ideias e valores, a ideologia vai muito além disso, pois se constitui em uma ferramenta de poder que molda a maneira como percebemos a realidade e nos relacionamos com nossos semelhantes, permeando toda a vida social como um intrincado sistema de significantes. Como disse o próprio autor: “[...] a ideologia tem um poder de persuasão indiscutível. O discurso ideológico nos ameaça de anestesiar a mente, de confundir a curiosidade, de distorcer a percepção dos fatos, das coisas, dos acontecimentos” (Freire, 2014, p. 123). Ideologia não são ideias abstratas, soltas, mas uma força viva coesa que se interconecta com tudo aquilo que cria em nós o que é a nossa compreensão do mundo, manifestando-se das formas mais variadas, desde as estruturas de poder até a cultura, passando pela linguagem até as instituições sociais.

O PENSAMENTO DECOLONIAL

A opressão exercida pelo colonialismo e o eurocentrismo desencadeou um processo histórico-dialético que fez surgir uma proposta epistemológica crítica, que por uma análise detida e acurada dos mais diversos aspectos da vida social, como educação, cultura, economia e política, deu origem ao chamado pensamento decolonial.

Para os autores decoloniais, o fim das atividades coloniais não significou o concomitante fim da colonialidade, pelo contrário: o fim do período colonial não levou ao fim das estruturas de poder, estas continuaram a exercer o domínio e o controle sobre populações desfavorecidas, notadamente na América Latina e na África. São justamente essas estruturas permanentes que possibilitam aos países do Norte seguir submetendo os países do Sul à colonização, explorando suas riquezas e impondo modelos de ser e pensar que favorecem a manutenção dessa realidade.

A colonialidade “administra os sentidos e molda as sensibilidades ao estabelecer as normas do belo e do sublime, do que é arte e do que não é, do que será incluído e do que será excluído, do que será premiado e do que será ignorado” (Mignolo, 2017, p. 11). A colonialidade é, então, um aspecto da modernidade que segue influenciando e determinando ações e condutas, mantendo hierarquias e estruturas de privilégio, num processo dinâmico e complexo sobre o qual ainda existe muito a ser pesquisado e dito a respeito.

A decolonialidade surge como um campo interdisciplinar na busca de respostas críticas ao colonialismo para, então, desconstruir as estruturas de poder, conhecimento e dominação persistentes. Mignolo (2007) enfatiza que o próprio conceito de “Novo Mundo” significa a evidência por parte dos europeus de uma tentativa de silenciar a história dos povos autóctones dos territórios conquistados, colocando a Europa como anterior a todos os outros continentes. Nas palavras de Mignolo (2007, p. 28), a “América nunca foi um continente que houvesse que descobrir e sim uma invenção forjada durante o processo da história colonial europeia e da consolidação e expansão das ideias e instituições ocidentais”.

Percebe-se que foi a partir da América que a colonialidade toma forma e se corporifica, se constituindo num padrão capitalista e cristão que abrange o mundo. Era a Europa estendendo seus tentáculos:

Com a constituição da América Latina, no mesmo momento e no mesmo movimento histórico, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemônicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico – que depois se identificarão com a Europa – e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem também a colonialidade e a modernidade. Em pouco tempo com a América Latina o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder até hoje (Quijano, 2009, p. 73).

O centro do Velho Mundo, que até o século XVI tinha como principal via de ligação entre seus extremos o Mar Mediterrâneo, se deslocou desde então para o Oceano Atlântico e Pacífico. O Mar Tenebroso⁶ havia sido desbravado e a circum-navegação seria

⁶ Trata-se de expressão usada pelos portugueses até os séculos XV e XVI para se referir ao desconhecido Oceano Atlântico no período da Expansão Marítima Europeia.

uma realidade não só de intercâmbios comerciais, mas também de todas as formas de dominação que os povos autóctones presenciaram e ainda vivem e sentem tais reflexos atualmente: o sistema capitalista, a religiosidade cristã, o patriarcado, as formas de governo etc.

A ideia de uma modernidade surge, então, como um mito, uma história inventada pelas classes dominantes da Europa a partir do contato com um “novo mundo”, para garantir a manutenção de uma ordem. Assim, foi preciso afirmar a razão como o *lógos* universal, sendo que essa razão tinha como origem a Europa.

Assistimos a uma conquista muito mais do que territorial, mas que foi também um trabalho de impor a visão etnocêntrica do conquistador que teve como consequência o genocídio e o epistemicídio de populações originárias, numa busca de negar radicalmente a existência de outros paradigmas e perspectivas. Com isso, a colonialidade é o traço permanente da razão colonial, que se mantém influente e determinante mesmo que o período colonial tenha oficialmente se extinguido há dois séculos, como é o caso do Brasil.

De forma concreta, o par modernidade/colonialidade resultou em uma geopolítica do conhecimento moderno ocidental, que afirmou e impôs suas teorias, conhecimentos e paradigmas, ao mesmo tempo em que invisibilizou e silenciou outros (as) sujeitos, histórias e formas de saber (Loureiro, 2020, p. 80).

Nesse tocante, observa-se a convergência com aquilo apontado por Freire (2005), quando este identifica um processo de invasão cultural desencadeado pela estrutura opressora por meio de uma mitologia. Esses mitos invasores vão sendo transmitidos para as classes desfavorecidas por meio de um modelo pedagógico que o educador nordestino denomina “educação bancária.” Neste modelo, não existem diálogos, problematizações ou questionamentos, o conteúdo é passado aos educandos como “depósitos bancários”, verdades incontestáveis são depositadas na mente dos aprendizes.

Diante de tal realidade, Mignolo (2008) defende a urgência de uma atitude de desobediência epistemológica, visando a criação de outras perspectivas que sejam independentes daquelas que estão vigentes e que nos são impostas. Desobediência que, nas palavras de Camila Loureiro (2020, p. 25), “prevê mobilização e mudança, como espaço de percepção das problemáticas e das formas de fazer estabelecidas”.

Apesar de facilmente constatararmos que o colonialismo é um fenômeno histórico anterior à colonialidade, constatamos também, como demonstra Quijano (2005), que os paradigmas europeus seguem vivos e atuantes nas mais diversas esferas da sociedade, como relações coloniais de poder que se mantêm como continuidades históricas, fazendo da colonialidade um fenômeno social que insiste em se manter incrustado nas formas de ver e pensar o mundo dos cidadãos da América Latina, de maneira que “respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente” (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Walter Mignolo (2007) demonstra ainda que a colonialidade e a modernidade são duas faces de uma mesma moeda, em outras palavras, para que a colonialidade pudesse surgir teve que existir a modernidade e vice-versa, sendo que, segundo ele, a colonialidade é o lado obscuro da modernidade. Neste sentido, aponta o autor

argentino para a necessidade de um novo tipo de movimento de independência, pois os movimentos independentistas do século XIX limitaram-se a promover uma cisão jurídico-política com as colônias, é preciso, então, que seja implementado um processo de descolonização mais amplo e efetivo, onde setores, como a ciência, a economia e a educação, também se libertem do julgo e das ideologias opressoras oriundas do Norte. Ao mesmo tempo, dado que a “invisibilidade e a desumanização são as expressões primeiras da colonialidade do ser” (Maldonado-Torres, 2007, p. 150), é necessário que novas formas de relações e interações sociais surjam no Sul Global, onde a cultura, a natureza, as questões de gênero e a igualdade racial sejam mais respeitados e devidamente valorizados, e que sua liberdade, por tanto tempo sufocada, possa ser usufruída de forma plena. É necessário que educadores, pesquisadores e intelectuais se oponham e mobilizem a sociedade para se contrapor a “uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica, colonizando e sobrepondo-se as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos” (Quijano, 2005, p. 126). Com isso, podemos entender que a “decolonialidade é, então, a energia que não se deixa direcionar pela lógica da colonialidade, nem crê nos contos de fadas da retórica da modernidade” (Mignolo, 2007, p. 27).

DIÁLOGOS COM O PENSAMENTO DECOLONIAL

Autores, como Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Catherine Walsh, por meio do chamado pensamento decolonial tecem uma dura crítica ao eurocentrismo e à colonialidade do poder, visando a descolonização de epistemologias, saberes e das relações de domínio. Desta forma, podemos encontrar convergências com a obra de Paulo Freire, pois esta também faz uma crítica contundente ao eurocentrismo, a favor da descolonização do saber e da transformação social.

Podemos, assim, constatar que tanto a proposta pedagógica decolonial como a proposta pedagógica de Freire facilitam a percepção do quão contaminado estão nosso julgamento e o nosso desenvolvimento intelectual. Pois, estes vêm sendo afetados por um longo processo de invasão cultural, moldando nossa percepção do mundo por meio de uma mitologia que coloca os valores e ideais europeus como se fossem valores universais, ao mesmo tempo que sufoca valores e ideais daqueles que se encontram em uma situação economicamente desfavorável, seja um trabalhador da periferia ou um país em desenvolvimento, por exemplo.

Nessa perspectiva, tanto a proposta freireana como a visão decolonial compreendem a realidade latino-americana como estando sujeita a um processo histórico de colonização e de opressão, suscitando uma postura que assuma um outro lugar de fala, que se distancie daquele lugar de onde advém a visão de mundo hegemônica. Tal qual os pensadores decoloniais, Freire (2014), propõe a valorização de saberes locais, de epistemologias subalternas, apontando para os malefícios da hegemonia de uma visão eurocêntrica de mundo impregnada de uma ideologia limitadora e embrutecedora. Freire (2014) propõe uma pedagogia para a liberdade, capaz de empoderar os indivíduos tornando-se protagonistas do seu destino, o que justamente vai ao encontro da proposta de descolonização do saber oriundo das reflexões decoloniais, indo a esse encontro também a percepção da educação como

o instrumento mais poderoso para a transformação social. Pois, Freire (2014) entende a ideologia como um instrumento de domínio capaz de *opacizar* a realidade, como uma força capaz de fazer com que não vejamos a realidade como ela é, mas a vejamos conforme aquilo que determinados grupos de poder querem que vejamos. O foco de Freire é assim o de levar os educandos a se libertarem dessa visão distorcida da realidade, para que, a partir disso, possam interpretá-la da sua maneira, de forma condizente com seu contexto histórico e social. Isso justamente se encaixa na proposta da decolonialidade, fazendo com que o educador pernambucano soe neste ponto muito parecido com um autor decolonial e se aproxime perfeitamente como alguém que propõe uma epistemologia sulina.

Estamos cientes de que em nenhuma obra, Paulo Freire utiliza expressamente o conceito “decolonial”, mas a concepção decolonial está sempre presente nos seus escritos, como quando nos convida a pensar a politicidade das práticas pedagógicas, ou na proposta educacional que defendeu/viveu ou até mesmo nas categorias que utiliza para evidenciar os diferentes níveis de opressões. Entretanto, a capacidade de diálogo com leitores-professores(as) em diversos tempos históricos, faz com que autor e obra resistam ao passar do tempo e é por isso que as temáticas que aborda permanecem atuais (Loureiro, 2020, p. 50).

Temos, portanto, ciência de que o termo de(s) colonialidade jamais foi empregado por Freire, contudo, isso pouca diferença faz para os esforços de conciliação entre o pensamento deste e o dos autores da decolonialidade. Pois, ao nos determos sobre as duas propostas, notamos que ambas convergem para o anseio de criar uma outra América Latina, mais livre, autônoma e soberana.

Mota Neto (2015) categoriza Paulo Freire como um pensador decolonial, tendo em vista não só a obra do autor, mas também aquilo que o educador vivenciou mundo afora como práticas político-educacionais, tendo podido experienciar num plano geopolítico o que é a subalternidade, fazendo do seu trabalho “um testemunho crítico da Modernidade/Colonialidade” (Mota Neto, 2015, p. 149).

Por fim, mesmo que a obra de Paulo Freire não se aprofunde tanto nas questões que envolvem racialidade e colonialidade do poder, ela pode ser aproximada de uma práxis decolonial, dada a sua fundamentação na transformação social e na conscientização dos indivíduos. Pois, o autor quer conscientizar as pessoas para que estas se reconheçam como seres cercados de contradições sociais e que, como sujeitos históricos, se vejam capazes de desfazer tais contradições. Esse despertar proposto por Freire, capaz de empoderar o ser humano e destronar as ideologias sufocantes, reforça mais uma vez a percepção de que a postura dos autores decoloniais diante das ideologias opressoras é muito semelhante à do pedagogo. Ambos propõem uma educação para a liberdade, que rompam com os grilhões do domínio e da opressão, baseada numa construção coletiva de saberes por meio de diálogos horizontais.

A PEDAGOGIA CRÍTICA COMO FERRAMENTA DE DESCOLONIZAÇÃO

Vemos, portanto, que Paulo Freire propõe uma pedagogia inspirada em ideais humanistas e que tem uma verve revolucionária. É uma pedagogia que propõe rompimentos ao mesmo tempo que propõe criatividade e inovação; Onde o educando

é visto como um sujeito participante do processo de construção do conhecimento, não um mero receptor de informação, como aquele que é denunciado na educação do tipo “bancária” descrita em *Pedagogia do Oprimido*. Assim, problematizando o mundo real e promovendo um diálogo horizontal, educando e educador constroem juntos um conhecimento desconectado da ideologia dominante e dominadora, num processo que promove uma descolonização do indivíduo e abre espaço para desvendar contradições sociais e solucionar problemas de forma objetiva, sem um viés norteador “alienígena”.

Desse modo, podemos encontrar diversos pontos entre a pedagogia da decolonialidade e a pedagogia freireana que dialogam entre si. A crítica à colonialidade que encontramos no trabalho de Freire, vai ao encontro a ideia de se fomentar epistemologias do sul, reconhecendo saberes diversos, perspectivas de populações colonizadas e propondo formas de superar o eurocentrismo imperante. A pedagogia crítica de Paulo Freire, focada na transformação social e na emancipação dos educandos, tem um terreno fértil no pensamento decolonial, onde pode desenvolver *práxis* educacionais que possibilitarão trabalhar numa descolonização do saber capaz de imunizar pessoas, comunidades, sociedades e nações contra a nefasta ideologia advinda do Norte.

É claro que inúmeros são os desafios que uma tarefa tão nobre e complexa tem pela frente, é necessário superar as relações carregadas de colonialidade e as assimetrias de poder que se conservam ainda nas escolas e na sociedade como um todo, dificultando abordagens interculturais, emancipadoras e antirracistas que se fazem urgentes.

A crítica à colonialidade do poder, a construção de epistemologias do sul, a busca por promover transformação social, de promover um diálogo intercultural e o fomento de uma conscientização crítica são pilares que sustentam tanto a decolonialidade como o pensamento de Paulo Freire. Com isso, de modo geral, podemos dizer que a pedagogia freireana e a decolonial têm uma mesma base e um mesmo fim. Apesar de se utilizarem de terminologias diferentes e de terem abordagens que se detêm em pontos distintos, com ênfases distintas, têm em comum o mesmo inimigo: a ideologia.

UMA PRÁXIS PEDAGÓGICA

Paulo Freire (2019) defende, numa postura marxista, que somente aqueles que estão à margem, os subalternos, são os que terão a capacidade de lutar por sua liberdade e pela transformação social necessária para que relações como as de opressor/oprimido deixem de ser uma realidade. Isso se dá pelo fato de serem esses grupos excluídos os que cotidianamente sentem na pele aquilo que chamamos de colonialidade, submetidos à condição de classe social antagonica, são impelidos a sobreviver imersos numa constante luta. Mas para que esses grupos possam fazer a sua revolução, por assim dizer, eles precisam estar munidos de ferramentas epistemológicas apropriadas. Para tanto, é imprescindível que esses grupos tenham acesso a uma *práxis* pedagógica que os prepare para a luta, ao mesmo tempo que os protejam da influência sedutora e contagiante da ideologia.

Essa *práxis* precisa se pautar na ideia de que a formação de um indivíduo, desde a sua mais tenra idade, decorre de um processo histórico-cultural. A educação, assim, não pode estar encerrada nos espaços de educação formal, mas precisa ser entendida de forma muito mais ampla, a educação precisa estar presente em todos os contextos de

uma sociedade que se quer libertar, pois a constituição humana procede de seu meio social e os tipos de interações e relações que nele sucedem. “O meio social é, portanto, educativo. Esse processo é histórico, pois os indivíduos são nascidos dentro de um grupo que pauta suas ações em experiências históricas. Daqui emerge a importância da cultura de um grupo para a constituição de seus indivíduos e, conseqüentemente, dos processos educativos” (Schönardie, 2015, p. 19).

Com isso, sendo o ser humano enquanto tal produto de um meio social, este precisa de uma educação que o permita viver neste meio de modo a superar os problemas, conflitos e as contradições da sociedade, ou seja, uma educação que permita que o indivíduo se enxergue como um ser também político. Neste sentido, Freire (2003) afirma que tanto o ato de educar como o ato de educar-se tem que ser atos políticos. Educação é a prática social mais política que existe, de acordo com o educador. Pois, a educação pode tanto camuflar uma realidade de alienação e dominação como pode ir contra isso, denunciando as contradições e propondo outras formas de ser e estar no mundo.

Se a aspiração maior dos indivíduos é humanizar-se, acontecerá cedo ou tarde, destes se darem conta de que existem contradições que o impedem de usufruir de uma realização plena, de acordo com Freire (2003). De uma forma ou de outra, chegará o momento em que uma educação do tipo “bancária” não será mais tolerada e somente uma educação libertadora será aceita ou almejada. Cabe ao educador promover esse anseio por liberdade.

Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador. Isto tudo exige dele que seja um companheiro dos educandos, em suas relações com estes. A educação “bancária”, em cuja prática se dá a inconciliação educador-educandos, rechaça este companheirismo. E é lógico que seja assim. No momento em que o educador “bancário” vivesse a superação da contradição já não seria “bancário”. Já não faria depósitos. Já não tentaria domesticar. Já não prescreveria. Saber com os educandos, enquanto estes soubessem com ele, seria sua tarefa. Já não estaria a serviço da desumanização. A serviço da opressão, mas a serviço da libertação (Freire, 2019, p. 40).

A *práxis* pedagógica decolonial de Freire convida os educandos a refletir de forma crítica acerca dos contextos materiais e históricos responsáveis por criar a realidade que os circunda. Para que esse convite seja feito e aceito faz-se necessária uma educação que esteja em estrita sintonia com as necessidades e anseios dos educandos, bem como do país no qual estão inseridos. “Na união entre teoria e prática, são quebradas as amarras do saber colonial que relega aos(as) educandos(as) a condição de meros ‘recipientes vazios’ a serem ‘preenchidos’ pelos(as) educadores(as)” (Loureiro, 2020, p. 62). É preciso, portanto, uma educação que seja ação ela mesma e que concomitantemente prepare o educando para o agir.

É preciso uma educação que permita ao oprimido (Freire, 2019) driblar e transcender a violência do dia a dia, que vem da brutal falta de condições dos cidadãos, mas vem também das instituições, da polícia, dos extremismos; uma educação que dê

dignidade a todos e interrompa de vez a desumanização promovida pela colonialidade; uma educação que desconstrua a cultura do silêncio e permita que todos possam se expressar e pensar como bem entendem aquilo sentem. A partir daí, uma educação que vença o mito da razão moderna inventado pelas classes dominantes europeias e a sua pretensão por uma universalidade etnocêntrica, e que supere também, é claro, o seu lado mais obscuro (Mignolo, 2003), a colonialidade.

A *práxis* pedagógica de Freire, portanto, vai entrelaçar teoria e prática de forma indissociável, onde a teoria será crítica e permitirá interpretar realidades históricas e sociais, enquanto a prática será o momento do educando atuar para transformar o mundo. Teoria, palavra e ação estão unidas e em constante movimento e reavaliação, dinâmica que deve sempre ser instigada pelo educador que jamais será neutro. *Práxis* é, assim, em Freire o oposto de dominação. Onde a transformação se dá na medida em que o educando por meio da ação se conscientiza de que sua palavra e o seu pensamento lhe pertencem, e ele não precisa usar a palavra ou o pensamento de outros para se expressar, não precisa dizer ou pensar aquilo que os colonizadores esperam que diga, pense ou mesmo faça.

Então, tanto a *práxis* de Freire, quanto a *práxis* decolonial, se aproximam quando percebem que os (as) sujeitos subalternizados (as)/ racializados (as)/ oprimidos (as) não querem estudar a si mesmos enquanto produtos do colonialismo, mas sim pensar-se a si próprios como dotados de capacidade de se auto-libertar e aos(as) próximos (as) de si (Loureiro, 2020, p. 60).

Assim, abordar Paulo Freire numa perspectiva decolonial ou pensar decolonialmente numa abordagem freireana são duas formas de *práxis* que convergem numa mesma perspectiva, pois ambas “se contrapõem a uma educação bancária e buscam a construção de conhecimentos a partir da problematização e transformação da realidade concreta de educandos(as) e educadores(as)” (Loureiro, 2020, p. 84). Essas abordagens são, portanto, *práxis* pedagógicas onde pobres, negros, índios, camponeses, mulheres, LGBTQIA+, entre outros, podem fortalecer a sua autonomia e incrementar a sua liberdade, entendendo-se como agentes políticos de transformação.

Libertar o ser humano das garras da ideologia, sobretudo esse ser humano que habita de forma modesta o sul global, requer uma pedagogia solidária, calcada na empatia. As pedagogias decoloniais (Walsh, 2017) ao proporem resistências mediante estratégias e práticas humanistas distintas de modelos hegemônicos, permitem o advento de novas racionalidades e outras formas de civilização. “Pedagogias que valorizam possibilidades outras de ser, estar, fazer, pensar, escutar de modo outro, ancoradas em projetos horizontais e libertadores” (Loureiro, 2020, p. 84). Pedagogias que com tudo o que propõem e alimentam, com suas inspirações e aspirações, caminham de mãos dadas com as ideias e sonhos de um distinto educador brasileiro e fortalecem nossa fé “nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar” (Freire, 2019, p. 107).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois desta acurada, ainda que breve e sucinta, análise, ficou fácil perceber que a forma como Paulo Freire aborda ideologia em sua obra, funciona como um convite a

uma reflexão que deságua como um rio em uma educação crítica e transformadora e, portanto, podemos dizer também decolonial. Se existe alguém que acredita em uma sociedade com mais justiça e igualdade social, certamente terá na ênfase freireana da *práxis* e na construção da consciência crítica, ferramentas que deverão ser indispensáveis em sua luta. Existe, portanto, um diálogo profícuo entre o conceito de ideologia na obra de Freire e o pensamento decolonial, numa série de convergências que formam como que um terreno comum onde encontramos a luta e a resistência diante da desigualdade e a opressão. Por outro lado, as divergências que encontramos nos propõe um aprofundamento das discussões, das reflexões e um maior comprometimento com a criação de novas perspectivas.

Podemos, portanto, concluir que, apesar das distinções entre Freire e os demais autores aqui estudados, tanto em seus campos de trabalho quanto na atuação e conceituações, suas abordagens se detêm a analisar e criticar formas de dominação e construção de discursos que por certo moldam as maneiras de ver, ouvir, sentir e agir de povos colonizados como um todo. Se para autores como Mignolo, Memmi, Quijano e tantos outros, a descolonização do conhecimento se fez mister e deve ser colocada em debate, para Freire, e em Freire, sempre esteve presente a crítica às formas de ideologia nas quais estamos boa parte das vezes inertes.

Em outras palavras, o conceito de ideologia freireano e o estudo da decolonialidade significam um enfoque na descolonização do conhecimento, pois estes nos convidam a questionar o monopólio epistêmico que se estabeleceu a partir do Norte Global, ao mesmo tempo que reconhecemos a pluralidade de saberes do Sul Global, enriquecendo, assim, nossa compreensão de mundo e do mundo, além de sistematizar as diversas formas de luta, movimentos sociais e reivindicações de classe prementes no território latino-americano.

Mesmo que possam ser encontradas críticas e divergências, a pedagogia freireana se mantém como uma referência de destaque para o mundo da educação e para a construção/implementação do projeto decolonial. O trabalho de Freire é desse modo responsável por uma indispensável ferramenta epistemológica, que se propagada e levada com a devida seriedade para as salas de aula pode de fato sanar muitos dos mais assombrosos problemas de nossa sociedade. Estabelecer diálogos entre a pedagogia freireana e a decolonialidade dá margem para o fortalecimento de uma *práxis* emancipadora nos meios educacionais, desafiando a colonialidade de poder e abrindo caminho para o advento de uma sociedade onde a opressão não tenha vez e o oprimido tenha voz.

Essa tarefa nos impele a um comprometimento veemente com a escuta ativa, a crítica constante e o permanente fomento de diálogos horizontais num dispositivo que garanta uma *práxis* de transformação social. A professora e pesquisadora Iael de Souza em seu artigo *Da Antropologia aos Fundamentos Antropológicos da Educação*, fala como esse tipo de comprometimento tem um valor político e transformador:

Enfim, transcender, se libertar e superar o *ethos* capitalista, as ilusões produzidas pela sociedade capitalista de classes, as prisões deformadoras do trabalho assalariado e cindido entre trabalho manual e intelectual, que desvirtua o significado humanizador do trabalho como protoforma do ser social e como ato de vontade e li-

berdade para a realização na plenitude possível dos seres humanos, são conquistas que devem ser galgadas pelo acirramento das lutas de classe travadas no âmbito da sociedade e da estrutura produtiva, produzindo formas de enfrentamento e experiências alternativas, que criem outros e novos valores para a mudança do processo de valorização pelos homens, onde resgatem e retomem os valores essenciais (antropológicos) para o bem comum e a vida boa para toda a humanidade, tendo como parâmetros norteadores o coletivo, a vida social – que cria as condições para a realização e desenvolvimento individual –, a cooperação e o eu e o outro em relação (Souza, 2016, p. 76).

Qualquer um que se detenha de forma crítica e atenta ao conceito de ideologia em Paulo Freire e estabeleça, a partir daí, um diálogo com o pensamento decolonial encontrará uma senda que o levará para um campo onde uma pedagogia crítica e transformadora e ao mesmo tempo anticolonial figurará com destaque. Assim, Paulo Freire pode sim ser estudado como um pensador decolonial, tendo-se em conta que o educador se opõe de forma contundente à colonialidade e a suas estruturas de opressão. Isso faz de sua obra muito mais do que uma epistemologia, mas principalmente uma valiosa contribuição para a consolidação de uma sociedade onde a educação seja práxis política.

Deste modo, a descolonização da ideologia, a partir de um diálogo intercultural, da interseccionalidade e da concretização de epistemologias do Sul, consolida-se como um processo imprescindível para a transformação social e a emancipação dos povos oprimidos, bem como para o advento de uma outra sociedade, com muito mais pluralidade, justiça e solidariedade, pois “o desejo é causar uma virada no mapa mundi, não no sentido do sul metafórico vir a ser o norte, ou vice-versa, mas no sentido da horizontalidade dos valores, das origens, da cultura” (Silva; Brocanelli, 2022, p. 244). A educação crítica de Paulo Freire, na sua proposta de uma construção do conhecimento coletivo, enfatizando o diálogo e a problematização da realidade, na sua busca de uma pedagogia de fato libertadora, que denuncia a ideologia, constitui-se em um instrumento ímpar capaz de facilitar bastante qualquer esforço perpetrado no sentido de um projeto decolonial, um instrumento fundamental, portanto, para qualquer ação que vise a emancipação dos povos e a descolonização do saber.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S.l.], n. 11, ago. 2013, p. 89-117. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-33522013000200004>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.
- CHAUÍ, M. S. Ideologia e educação. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1, jan. 2016, p. 245-257.
- FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. *Educação e Atualidade Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. Diálogos sobre o vivido: diálogo entre Sérgio Guimarães e Paulo Freire. *Educação, Sociedade e Culturas*, Porto, v. 23, 01 jun. 2005, p. 203-206. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-Dialogos.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. 49 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, v. II, 2004.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, v. III, 2007.
- LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dicionário Gramsciano 1926 – 1937*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LOUREIRO, C. W. *Paulo Freire, autor de práxis decolonial?* 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2020. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3939/1/Camilla%20Wolpato%20Loureiro.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In.: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-168.
- MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade1. *Revista Crítica de Ciências Sociais, [S.l.]*, n. 80, p. 71-114, 1 mar. 2008. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.695>. Acesso em: 03 mar. 2024.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIGNOLO, W. *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.
- MIGNOLO, W. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*, Gedisa, Barcelona, 2007.
- MIGNOLO, W. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del Signo, 2010.
- MIGNOLO, W. *Desafios decoloniais hoje*. 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645/2646>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- MOTA NETO, J. C. *Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda*, 2015. 368 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, E. (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur CLACSO, 2005, p. 117-142.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In.: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009, Capítulo 2, p. 73-117.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almeida, 2009.
- SCHÖNARDIE, P. A. O Processo educativo na perspectiva histórico-cultural. *Revista Contexto & Educação, [S. l.]*, v. 29, n. 93, 2015, p. 4–21. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1658>. Acesso em: 07 mar. 2024.
- SILVA, M. C. C. B.; BROCANELLI, C. R. Aproximações entre o pensamento de Paulo Freire e o pensamento decolonial: por uma pedagogia nativa, intercultural e libertadora. In: CARVALHO, A. B. (org.). *Educação, ética, interculturalidade e saberes decoloniais*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022, p. 227-252 Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-212-3>. Acesso em:
- SOUZA, I. Da antropologia aos fundamentos antropológicos da educação – considerações iniciais. *Revista Contexto & Educação, [S. l.]*, v. 31, n. 98, 2016, p. 52–78. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/5460>. Acesso em: 06 mar. 2024.
- WALSH, C. *Pedagogías Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala. Equador, 2017.

Autora correspondente:

Josilaine Antunes Pereira

Universidade do Planalto Catarinense- UNIPLAC

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

Av. Castelo Branco, nº170, Bairro Universitário – Lages/SC, Brasil

antunesjo@uniplaclages.edu.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

